

Apresentação

O Volume XI, número 2 da revista *Sociedade e Estado* é dedicado a um momento particular que vivemos, o momento da crise do mundo do trabalho. As diferentes leituras dessa crise e de seus efeitos na gestão da economia, na esfera política e na cultura colocam em evidência que a reflexão sobre o trabalho exige uma reconceitualização do termo que só pode ser feita a partir de uma leitura minuciosa das realidades de diferentes países. Os autores, ao se defrontarem com a análise destas realidades nacionais e internacionais, contribuem para que seja repensado o campo do conhecimento da disciplina e participam de um ponto de vista crítico do debate sobre a forma de enfrentar os impasses da relação emprego-desemprego.

Sem dúvida um dos grandes desafios que se colocam atualmente é o de entender 1) a lógica da reorganização mundial no que se refere às políticas econômicas implantadas e 2) seus efeitos sobre as diferentes esferas políticas, sociais e culturais.

O efeito dito de globalização e, muitas vezes, a sua aceitação enquanto noção tornam opaca sua compreensão. Haveria, como já foi dito, uma dinâmica hegemônica e quase inelutável desse processo.

De fato, nada mais problemático. Quaisquer que sejam as políticas e a regulação, elas dependem dos homens que as concebem e das resistências a elas. O esforço dos autores deste número é de desnaturalizar esses processos e de entendê-los em diferentes regiões do mundo. Segundo as regiões, há um crescimento dos mercados, há diferentes políticas sociais e diferentes relações entre os Estados, assim como sociedades civis e Estados com diferentes opções políticas. Há gestões de mão-de-obra que em seus princípios se expandem, como o modelo japonês, mas as relações de trabalho são singulares. As formas de resistências têm tradições diferentes.

Haveria um grande mercado onde se dissolveriam as tensões e contradições em função de uma nova meta que só deixaria uma opção: integração ou marginalização. Essa meta está num limiar de tempo não definido; o que podemos observar é que o custo atual dessa meta é uma precarização acentuada de uma parte do mundo que "vive do trabalho", utilizando a

expressão de Ricardo Antunes. Existem várias respostas liberais e neoliberais. Não é possível colocar num mesmo plano as diferentes regiões, ainda que exista de fato um mesmo movimento de privatização e de retraimento de algumas políticas sociais que podem colocar em xeque a cidadania social.

O que significaria a legitimação de mais produtividade igual a mais riqueza como metas? Sabemos que a análise da realidade é muito mais contraditória. Há crescimento econômico e aumento da pobreza. Há crescimento das taxas de financiamento de políticas sociais e aumento da pobreza. Isso é verdadeiro, qualquer que seja nossa definição da pobreza. O que se configura é um novo rosto das desigualdades e opções que legitimam essa reorganização social.

Não há dúvida de que há globalização de alguns mercados como o financeiro e o monetário e que estes reduzem a capacidade das nações de controlar suas economias, mas a capacidade de responder a essa coerção não é uma. Há heterogeneidade nas respostas liberais.

Os países, de forma diferenciada, haviam se acostumado a lidar com o desemprego. De uma certa maneira, ele podia ser mantido dentro dos limites considerados aceitáveis. Entretanto, neste final de século a reestruturação capitalista está provocando uma metamorfose do social. Se o aumento do desemprego foi observado pelas sociedades como o dilema social principal, agora agrega-se a essa visão o problema da precarização do emprego. Trata-se do território da transição, representado como um momento em que se configura um processo de desassalariamento, por um lado e, por outro, de mudanças na relação salarial que permitem falar de uma precarização do emprego.

Ambos fenômenos de forma diferenciada estão produzindo o empobrecimento de uma parte da população, fenômeno que se configura como emergência de novos pobres. Os trinta anos gloriosos do modelo de acumulação fordista produziram uma invasão das relações de mercado na vida social e individual, acompanhada pela interiorização dos valores consumistas. Grande parte das populações dos países ricos e uma parte das populações dos países menos ricos acostumaram-se a gozar de padrões de vida elevados, fenômeno acompanhado do sentimento de segurança no emprego.

As formas de regulação econômica, social e política levavam à integração mesmo que de forma diferenciada; havia possibilidade de construir uma trajetória segura e uma certa mobilidade social. São os que interiorizaram essas regulações os que atualmente se encontram "à deriva". Expulsos pela

reestruturação de seus padrões habituais de vida, mostram a configuração de novas desigualdades sociais. No caso do Brasil, à pobreza estrutural agrega-se uma nova pobreza. É a nova pobreza de desassalariados e precarizados no emprego que constitui um fenômeno mundial. Entretanto, existem as singularidades nacionais, novos pobres de países ricos e pobres que conseguem sobreviver de forma diferenciada.

A categoria trabalho é central para compreender sociologicamente o que significa, no contexto de reestruturação, a criação de uma nova pobreza. Historicamente foi produzido um elo entre o trabalho e a construção da identidade social. Nesta criação e recriação de desigualdades — desemprego e trabalho precário — o que está colocado em questão é a possibilidade de construir uma identidade social positiva. Ser desempregado é estigmatizante como também o é o fato de ter um emprego precário.

A sociedade de mercado, produzindo uma dinâmica de desregulamentação, fragmenta e exclui, mas o trabalho metamorfoseado constitui o ponto central para entender essa dinâmica. Não estamos frente à possibilidade de uma sociedade do lazer. A dinâmica do capitalismo estabeleceu a relação entre o tempo dedicado ao trabalho e o tempo dedicado ao lazer. Aquele que está desempregado não tem por isso mais tempo dedicado ao lazer. O próprio lazer geralmente custa dinheiro, foi transformado em uma mercadoria, e o desemprego conduz mais a uma dissociabilidade. A idéia de lazer está sempre associada à idéia de trabalho.

A situação de desemprego e precarização do emprego é crítica para os afetados porque o trabalho remunerado tem centralidade na sociedade contemporânea. A própria definição de desemprego é um espelho da ideologia estatal que considera que trabalho não pode ser, por exemplo, o trabalho doméstico.

Apesar da experiência massiva do desemprego, esta própria experiência pode levar a um retraimento da ação coletiva. Isto nos remete ao que W. Mills dizia no livro *A imaginação sociológica*. Os problemas públicos da estrutura social são experimentados como problemas individuais. Se o desemprego é experimentado como o resultado de um sistema econômico ineficiente e desumano, pode-se tentar reestruturar o sistema. Mas se o desemprego é percebido como uma falha do indivíduo, dificultará a ação coletiva. Além disso, a própria possibilidade da ação política vê-se afetada pela vivência do desemprego, pela pobreza e pela desintegração dos *status*.

O trabalho pode não ser um meio para alcançar a própria realização,

pode não propiciar suficiente riqueza para compensar as experiências muitas vezes alienantes do próprio trabalho, mas os efeitos do desemprego, como perda da autoestima, retraimento social e destruição dos ritmos da vida cotidiana, indicam que o trabalho é ainda uma instituição fundamental que estrutura tanto os indivíduos quanto o social.

O significado da noção de trabalho, que é revisto por alguns autores, mesmo não sendo o cerne dos artigos, foi sempre um termo complexo na medida em que nele é incluída uma possibilidade de ser no social, permitindo a troca e realização, ou não, como indivíduo.

O esforço da reflexão dos autores neste número parte do pressuposto citado acima, isto é, da pluralidade semântica que é um dos fios condutores desta reflexão. Temos e teremos cada vez mais que nos confrontar com esses três fenômenos, como assinala D. Medda (1996), que caracterizam as sociedades industrializadas: a dominação do pensamento econômico, a eleição da esfera do trabalho e da produção como coração da vida individual e social e o perigo da desagregação da ordem política. De uma certa forma é a sombra que acompanha nossos movimentos, e é o que este número testemunha ao refletir sobre alguns aspectos atuais de nossa história do trabalho.

O de Jaime Marques-Pereira centra sua reflexão sobre o impacto da economia na questão social. Ele mostra que os termos do debate social são absolutamente diferentes do que se discutiu até os anos 70 e que a coesão social não se restringe mais à questão econômica, mas é essencialmente uma questão política. O autor procura entender o que a esfera econômica implica do ponto de vista da questão social. Ele sublinha como o assalariamento é estruturalmente determinante para avaliar a regulação e se impõe para repensar a questão social.

O texto de Francisco Zapata coloca em evidência que os sistemas de relações de trabalho no século XXI serão muito diferentes daqueles que prevalecem hoje. O declínio do peso das manufaturas, tanto no que se refere ao PIB quanto ao emprego, e as mudanças na concepções das formas de ser no trabalho redefinem, sem dúvida, as relações de trabalho.

O texto de Analía L. Soria e Christiane Girard Ferreira Nunes analisa a crise do modelo de desenvolvimento fordista e suas derivações em problemas de emprego e desemprego nos países centrais. Mostra os efeitos da flexibilidade no mercado de trabalho em países como Estados Unidos e

Inglaterra, e reflete sobre a relação entre trabalho e construção da cidadania no Brasil, apontando as falhas e rupturas da gestão neoliberal.

O texto de Ricardo Antunes mostra o quanto as diversas manifestações do estranhamento e das fetichizações tenham ainda enorme relevância no universo da sociabilidade contemporânea e, nesse sentido, as diversas manifestações desses conflitos se estenderam na esfera da vida fora do trabalho. Portanto, é impossível imaginar abandonar o uso da categoria trabalho para entender o mundo contemporâneo. Pelo contrário, as implicações teóricas da reflexão sobre esta categoria estão mais do que nunca na ordem do dia.

O texto de Sadi dal Rosso é uma reflexão sobre a teoria do tempo de trabalho. O autor sintetiza as duas perspectivas, isto é, a matriz do valor-utilidade e a matriz do valor trabalho. Esse percurso tem sua origem na formulação dos autores clássicos do século XIX. Ele atualiza a teoria introduzindo o conceito de práxis social para dar conta do processo de formação de uma jornada normal de trabalho e analisa fatores novos na práxis de flexibilização.

O artigo de Iram Jácomes Rodrigues discute os dilemas da Central Única dos Trabalhadores num momento de mudanças no mundo sindical, onde a concepção da ação sindical está tendo que ser repensada.

A reflexão de Glauco Arbix é de recuperar a história do setor automotivo, desvendando as tensões entre representantes do Estado, do capital e do trabalho e que foram equacionadas de uma forma nova em 1991. Segundo o autor, a dinâmica da “cooperação conflitiva” pós-década de 80 só poderá ser parcial e momentânea.

O texto de Nair Heloísa Bicalho de Souza trata da dificuldade de constituição de uma cidadania coletiva, capaz de incorporar a classe trabalhadora brasileira. Partindo de uma investigação junto aos operários da construção civil, a respeito do direito, da lei e da justiça, pode-se compreender o forte conteúdo moral de suas representações originadas no espaço privado da família, onde os valores e crenças são formulados na experiência concreta da vida quotidiana. É a partir desta experiência fundamental que transferem para o mundo do trabalho e o mundo público as suas demandas por direitos, exigindo legitimidade e reconhecimento das mesmas através das lutas no local de trabalho, no sindicato e no plano político.

Pierre Desmarez e Marcelle Stroobants, refletindo sobre o campo teórico da disciplina, discutem a noção de “construção social” nas pesquisas

sobre o trabalho. O trabalho sistematiza uma crítica para recentrar o debate sobre o objeto da sociologia e permite reconsiderar questões tão clássicas quanto fundamentais mas que se tornaram opacas a partir de opções teóricas que conduzam ao relativismo ou ao determinismo.

Anália L. Soria
Christiane Girard Ferreira Nunes